

# E no Médio Côa? A arte esquemática que ainda resiste: o Abrigo do Ribeiro das Casas (Almeida)

\*Arqueóloga,  
Associação  
dos Arqueólogos  
Portugueses,  
UNIARQ.  
andrea.arte@gmail.com

Andrea Martins\*

**Resumo** O Abrigo do Ribeiro das Casas corresponde a um abrigo com pintura rupestre esquemática implantado nas margens de uma ribeira afluente do Rio Côa. Mostra um reduzido dispositivo iconográfico, expresso em dois painéis, onde foram pintados motivos esquemáticos: um zoomorfo e dois antropomorfos. Através da análise de parâmetros técnicos, morfológicos, estilísticos e também por paralelos iconográficos foi possível estabelecer dois períodos de execução. Estes enquadram-se na Pré-História Recente, desde a sua fase mais antiga nos VI–V milénios a.C., prolongando-se até finais do III milénio a.C.

**Abstract** Abrigo do Ribeiro das Casas is a schematic painted rock art shelter located in the banks of a stream, tributary of the Coa River. It shows a small iconographic scene, expressed in two panels where the schematic motifs were painted: one zoomorph and two anthropomorphs. Through the analysis of the technical, morphological and stylistic parameters, and also by the iconographic parallels it was possible to establish two distinct execution periods: since the beginning of the Neolithic (6–5<sup>th</sup> millennium BC), until the final stages of the Chalcolithic (end of 3<sup>rd</sup> millennium BC).

## 1. Algumas considerações sobre a história, as diversas abordagens a este abrigo e, mais uma vez, as boas práticas deontológicas

O Abrigo do Ribeiro das Casas foi identificado em Janeiro de 2002 por Isabel Magalhães e seu marido, habitantes na aldeia da Malhada Sorda, durante um passeio lúdico pelas margens da Ribeira da Pena. Após o reconhecimento da existência de pinturas rupestres no

pequeno abrigo, este casal de professores informou os técnicos do CNART que a 4 de fevereiro de 2002 efetuaram uma visita ao local. Nesta deslocação foi verificada a existência de pinturas rupestres e foi efetuada uma ficha descritiva da estação, bem como registo fotográfico. Ficou estabelecida a designação de Ribeiro das Casas, e foi feita uma descrição do abrigo e das pinturas. Estas foram subdivididas em dois painéis, ambos considerados em

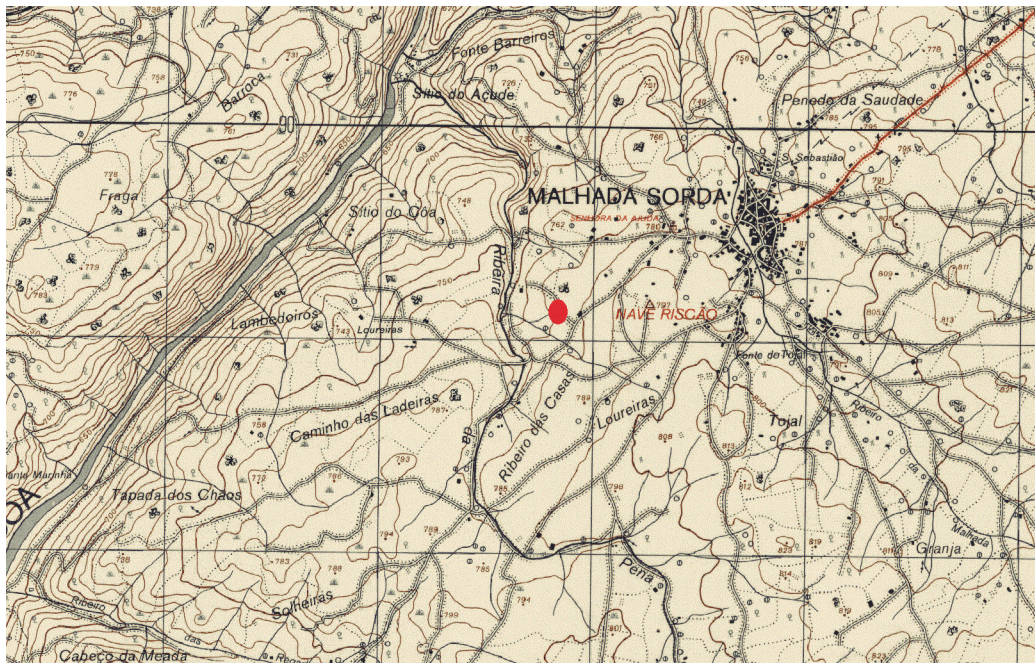


Fig. 1 – Abrigo do Ribeiro das Casas – CMP 205, escala 1:25 000.

bom estado de conservação por estarem protegidos por uma estreita pala de granito. No início de 2009 o mesmo casal de professores da Malhada Sorda verificou que o abrigo tinha sido alvo de vandalismo, sendo totalmente destruído o painel superior, onde se encontrava a figura zoomórfica. Provavelmente devido à sua má visualização, o painel inferior com os antropomorfos esquemáticos não foi danificado. Foram informadas as entidades competentes (a Câmara Municipal de Almeida e o PAVC), que imediatamente levou ao terreno uma equipa de técnicos, liderada por A. M. Baptista. Verificaram que o motivo zoomórfico se encontrava totalmente danificado, tendo sido alvo de lavagem, raspagem e picotagem, numa intenção clara de destruição, sem qualquer hipótese de recuperação e conservação. Não foi possível identificar os autores deste ato de vandalismo patrimonial, existindo a possibilidade de esta ação estar relacionada com os trabalhos de extração de pedra realizados em redor do abrigo. Foi instaurado processo de lesa património, contra desconhecidos, não existindo até ao momento resolução do mesmo (processo: S-31587 – DGPC).

A 30 de abril de 2009, A. M. Baptista publica um texto no seu blogue pessoal (<http://dafinitudedotempo.blogspot.pt/>) onde revela publicamente a destruição do painel de Almeida, fazendo a sua descrição e algumas considerações interpretativas. Alguns meses

mais tarde a destruição do painel com pinturas rupestres da Malhada Sorda conheceu grande divulgação a nível local e nacional, existindo várias notícias (Lusa, Público, JN, TVI24, RTP) com declarações de A. M. Baptista e do presidente da Câmara Municipal de Almeida, António Ribeiro, que lamentam o sucedido (Lusa, 2009). Este abrigo foi estudado pela signatária no âmbito de projeto de doutoramento, devidamente enquadrado num PNTA aprovado pela tutela em 2009, encontrando-se brevemente referenciado em diversos artigos publicados até ao momento (Martins, 2011, 2013a, 2013b), bem como integralmente na dissertação de doutoramento (Martins, 2014).

Em 2010 foi publicado por M. V. Gomes e N. Neto um artigo sobre o abrigo (Gomes & Neto, 2008–2010), referindo que efetuaram o levantamento das pinturas e o seu posterior estudo, trabalhos estes que não foram solicitados à tutela e consequentemente não foram autorizados. Mais uma vez, tal como já referimos em estudo anterior (Martins, Fernandes & Fonseca, 2013), a abordagem a um sítio de arte rupestre não foi encarada como uma intervenção arqueológica onde deveria ter sido submetido um Pedido de Autorização e no fim do trabalho a realização do respetivo relatório. Neste caso, realça-se ainda o facto de os signatários sabermos que o sítio estava integrado num projeto de doutoramento e que se encontrava relativamente inédito.



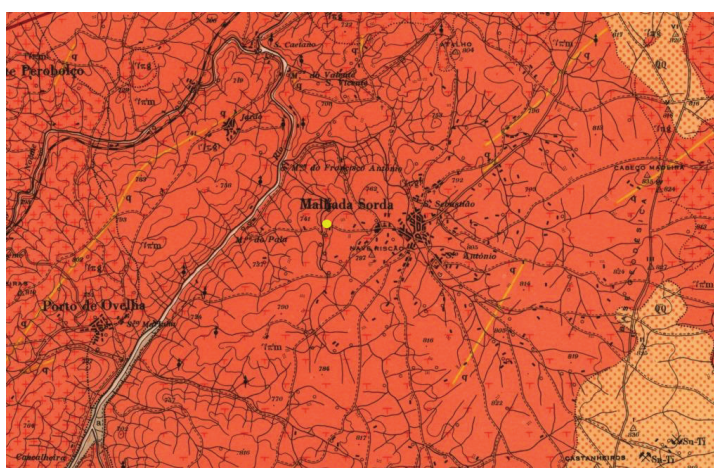


Fig. 2 – Abrigo do Ribeira das Casas – Vista do leito da ribeira.

Fig. 3 – Carta Geológica 18-D.

## 2. Enquadramento geográfico e paleo-ambiental

O Abrigo do Ribeira das Casas é o único sítio de arte pintada pré-histórica conhecido até ao momento neste troço médio do Rio Côa, que se enquadra a sul pelas Serras da Malcata e da Gata, a oeste pela Serra da Estrela, a este pelo Rio Águeda e a norte pelo Rio Douro. Excetuando a Serra da Marofa, com 980 m, a região apresenta entre 700 e 800 m de altitude, criando assim um território planáltico (o denominado Planalto Beirão). É importante assinalar a proximidade relativa, no troço inferior do Côa e na Serra da Marofa, de outros importantes conjuntos de arte pintada pré-histórica: respetivamente, os núcleos do Parque Arqueológico do Vale do Côa (Baptista, 1999, 2009) e o Abrigo do Colmeal (Jornal de Notícias, 2004; Figueiredo & Baptista, 2013). O elemento geográfico definidor desta região

é claramente o Rio Côa, cujo traçado sul-norte tem início a 1190 m de altitude na Serra da Malcata, (que consideraremos, para efeitos de designação neste trabalho, como correspondendo ao Alto Côa) e desagua na margem esquerda do Rio Douro junto de Vila Nova de Foz Côa (o Baixo Côa), atravessando assim, num percurso de cerca 144 km, uma região marcada por expressivas variações de litologia e uma complexa rede de falhas geológicas (Ribeiro, 2001).

Do ponto de vista administrativo, o abrigo localiza-se na freguesia da Malhada Sorda, concelho de Almeida, distrito da Guarda (Fig. 1). Relativamente à sua implantação, o abrigo localiza-se na margem direita da Ribeira da Pena, pequeno afluente da margem direita do Rio Côa, de carácter intermitente, estando grande parte do ano totalmente seco (Fig. 2). O vale da Ribeira da Pena não é encaixado e, apesar de se localizar diretamente na margem do curso de água, apresenta boa visibilidade para sul e este. O relevo é planáltico, sendo observáveis a longa distância a Serra da Estrela (a oeste) e a Serra da Marofa (a norte). Em termos litológicos, esta região do Médio Côa é marcada pela predominância dos granitos, com algumas intrusões do complexo xisto grauváquico ante ordovícico, correspondendo a área do abrigo à presença de granitos não porfiróides de grão médio a fino. Estes apresentam feldspatos de tipo alcalino, microclina, microclima-pertite e pertite, e sempre duas micas (Gonçalves & Assunção, 1966, pp. 14–15) (Fig. 3).

## 3. O sítio arqueológico

O Abrigo do Ribeira das Casas faz parte um grande maciço granítico, cuja configuração origina na área junto da ribeira uma superfície em ângulo reto, mais protegida, e onde se encontra uma pequena pala granítica debaixo da qual se localizam as pinturas pré-históricas. Não se trata assim de um típico abrigo sob rocha, mas de um maciço granítico com uma pequena pala, que devido à sua configuração e dimensões não serviria para abrigo permanente de pessoas ou animais. Apresenta 4 m de comprimento por 1,4 m de largura, tendo a parede na totalidade mais de 6 m de comprimento. A altura da parede após a zona da pequena pala é de

2,50 m, encontrando-se o topo do maciço granítico a cerca de 1,5 m. As dimensões do abrigo foram estabelecidas pela configuração da parede, localizando-se as pinturas esquemáticas na área mais à esquerda do observador (Figs. 4 e 5). Esta superfície apresenta poucos líquenes, sendo porém abundantes em todo o maciço granítico, principalmente das espécies *Lasallia pustulata*, *Rizocarpum geographicum*, *Parmelia* sp. e *Lepraria borealis*. A morfologia da parede proporciona a escorrência da água, facilitando a proliferação destes micro-organismos, sendo apenas a superfície debaixo da pala protegida do vento ou chuva. O abrigo apresenta um bom estado de conservação, correspondendo os principais fatores de desagregação e deterioração à existência de organismos vegetais e à circulação abundante de água.

Não foram identificadas, nem na superfície do solo, nem nas paredes, evidências de camadas sedimentológicas, o que nos leva a considerar a inexistência atual de possíveis camadas arqueológicas que evidenciaríamos uma utilização do abrigo como possível habitat.

#### 4. Descrição do conteúdo iconográfico

O dispositivo iconográfico é constituído por dois painéis, sendo que o primeiro encontra-se num plano superior e o segundo num plano inferior. Os dois painéis foram diferenciados pela fratura existente entre ambos, que origina duas áreas distintas (Figs. 6 e 7). A superfície onde os painéis se encontram apresenta coloração clara, sem elementos microvegetais, situação originada pela existência da pequena pala que protege esta superfície da escorrência de água. A sua dimensão e a coloração da superfície fazem com que se destaque em todo o maciço granítico, sendo visível a longa distância. Por outro lado os motivos pintados apenas são visíveis junto da parede, situação resultante do seu deficiente estado de conservação. O repertório temático existente nos dois painéis é constituído por um reduzido número de motivos esquemáticos.

Na época do ano em que a pequena ribeira se encontra seca é possível a permanência de um número elevado de pessoas (seis a dez) na plataforma existente em frente do abrigo, situação que se altera quando o caudal é mais abundante, reduzindo o espaço útil e apenas



Fig. 4 – Vista geral do abrigo.

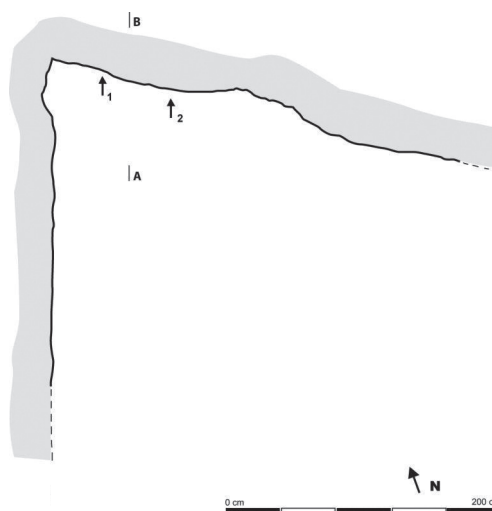


Fig. 5 – Abrigo do Ribeiro das Casas. Painel 1 e 2. Topografia do sítio com indicação do perfil efetuado e da localização dos dois painéis.

sendo possível a visualização das pinturas por duas ou três pessoas simultaneamente.

**Painel 1** – Localiza-se na área superior da superfície imediatamente debaixo da pequena pala, numa superfície de morfologia plana, vertical e com formato retangular tornando-se mais estreito no lado esquerdo. O seu estado de conservação é deficiente devido à ação de vandalização a que foi sujeito, verificando-se abundantes marcas de picotagem e martelagem junto à fratura inferior, originando lascas de média dimensão, bem como a meio do painel onde se encontra o motivo pintado. A superfície do painel foi provavelmente também alvo de raspagem e limpeza ou lavagem com algum tipo de produto corrosivo. Apresenta 0,40 m de altura e 0,80 m de largura máxima (Figs. 8 e 9).

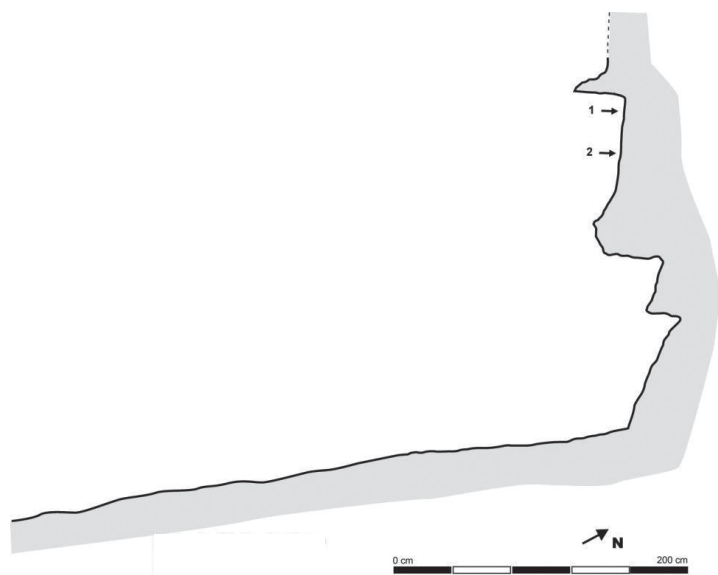
O dispositivo iconográfico é constituído apenas por um motivo, que foi praticamente todo destruído, visualizando-se atualmente apenas



Fig. 6 – Abrigo do Ribeira das Casas, visualizando-se os dois painéis.



Fig. 7 – Abrigo do Ribeira das Casas. Perfil A-B – com indicação da localização dos dois painéis 1 e 2.



restos de pintura na parte superior, de acesso mais difícil. A descrição que será efetuada do motivo 1 baseia-se apenas no registo fotográfico realizado pelos técnicos do CNART em 2002 e pelo arqueólogo N. Neto, habitante da Malhada Sorda que visitou o sítio antes da sua destruição e efetuou fotografias dos painéis. Estas duas imagens são assim propriedade do CNART e de N. Neto, tendo sido cedidas à signatária para o presente estudo. O motivo será descrito como era antes da destruição, sendo efetuado o decalque fotográfico, e também o seu estado atual.

**Motivo 1** – Morfologia caracterizada como um zoomorfo, de contornos regulares e bem definidos. Apresentava cabeça de pequena dimensão com focinho proeminente, linha cérvico-dorsal e linha ventral bem definidas com ligeira curvatura, representação da cauda esticada de grande dimensão, sendo que tanto os membros posteriores como os anteriores foram representados por traços oblíquos. A figura tem um aspeto robusto, evidenciado pela linha cérvico-dorsal e linha ventral bem marcadas, pelo peito e pescoço indiferenciados, e através do preenchimento total com pigmento vermelho. Na região da cabeça não são visíveis pormenores anatómicos, tendo o focinho de formato retangular ligeiramente afunilado na ponta. Na parte posterior do zoomorfo a cauda arranca diretamente do rabo, curvando ligeiramente para baixo na parte terminal. Os membros anteriores apresentam um pior estado de conservação estando mais apagados, mas verifica-se que têm a mesma inclinação oblíqua que os posteriores. A figura apresenta 30 cm de comprimento por 10 cm de largura máxima, sendo desproporcionais as dimensões entre as várias partes anatómicas do animal. No momento da identificação da figura o seu estado de conservação era bom, visualizando-se perfeitamente a média distância, sendo o pigmento de coloração vermelha (Figs. 9, 10 e 11).

Atualmente apenas é visível parte da linha cérvico-dorsal e pequenas partes da cabeça e focinho, bem como da cauda (Fig. 11). O interior do zoomorfo foi totalmente picado e raspado, desaparecendo a representação das patas e de grande parte do corpo. Os negativos da picotagem são perfeitamente visíveis e apresentam pátina recente, tendo sido provavelmente realizados através da utilização de

instrumento metálico como por exemplo martelo ou pico. Trata-se assim de um motivo zoomórfico semi-esquemático, de grande dimensão e que pelas suas características morfológicas poderá corresponder à representação de um equídeo. A grande cauda, o focinho proeminente e o pescoço robusto remetem para uma representação desse tipo, sendo que o corpo desproporcional em relação



Fig. 8 – Painéis 1 e 2.

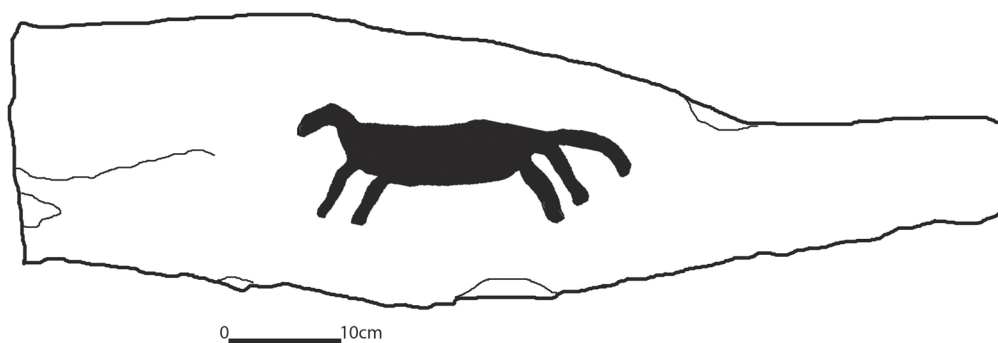


Fig. 9 – Abrigo do Ribeiro das Casas. Paine 1 – motivo 1.

às patas e cabeça, a ausência de pormenores anatómicos e a rigidez do traçado evidenciam um elevado grau de esquematismo, afastando-o das representações paleolíticas de equídeos.

**Paine 2** – Localiza-se numa superfície inferior ao painel 1, numa área de morfologia plana, vertical e com formato retangular. Apresenta como dimensões 0,7 m de altura por 1 m de largura, e encontra-se definido pelas linhas de fraturação da superfície granítica, que o separa do painel 1. Encontra-se parcialmente debaixo da pequena pala, ficando exposto aos elementos meteóricos e levando à proliferação de micro-organismos vegetais, como líquenes, na extremidade direita do painel (Figs. 8, 12 e 13). O seu estado de conservação é bom e o dispositivo iconográfico presente é constituído por dois motivos esquemáticos, que se localizam na área direita do painel. Devido às características de execução técnica, as duas figuras esquemáticas são mais perceptíveis a cerca de 2 m de distância da parede, ficando os seus contornos mais destacados.

**Motivo 2** – Morfologia caracterizada tipologicamente como uma figura antropomórfica. Constituída por um traço vertical, de contornos irregulares e mal definidos, a partir do qual saem dois outros traços lateralmente que corresponderão aos membros superiores da figura. O traço vertical apresenta-se mais largo na zona inferior, não sendo possível verificar se existe bifurcação que corresponderia aos membros inferiores. Os membros superiores juntam-se na extremidade do traço central, criando duas pequenas protuberâncias que poderiam corresponder aos ombros. Não apresenta as extremidades dos membros, a representação de cabeça ou pormenores anatómicos como o sexo. Reconhece-se assim anatomicamente apenas o tronco e as extremidades superiores ortogonais ao corpo. O estado de conservação deste antropomorfo acéfalo esquemático é razoável. A figura tem de dimensões máximas 9 cm de altura e 4 cm de largura. O método utilizado para aplicação do pigmento foi provavelmente a tinta plana, mostrando pouca qualidade de execução que origi-



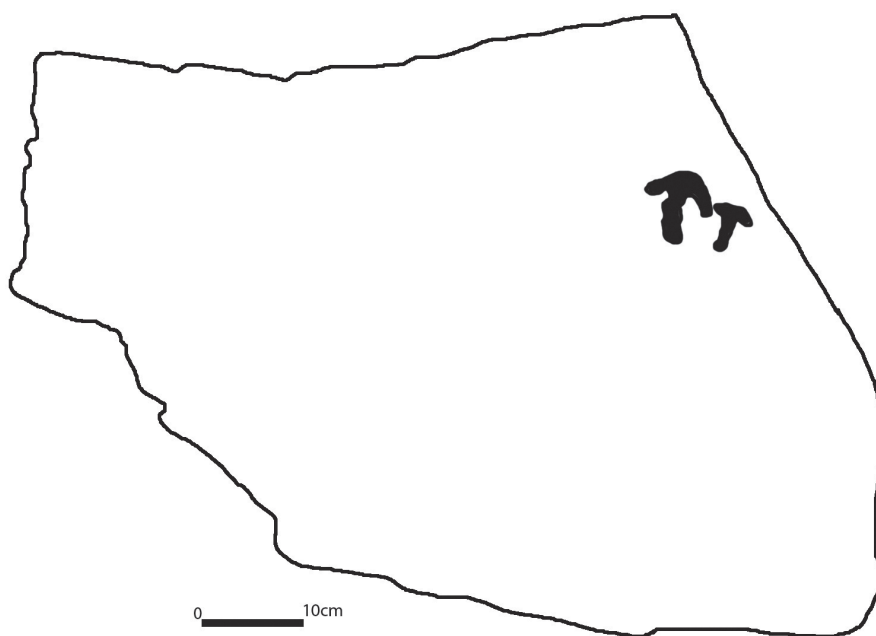
Fig. 10 – Motivo 1  
(fotografia N. Neto).



Fig. 11 – Motivo 1  
– estado atual.



Fig. 12 – Abrigo do  
Ribeiro das Casas.  
Painel 2  
– motivos 2 e 3.



nou a indefinição das características tipológicas da figura (Figs. 12 e 13).

**Motivo 3** – Morfologia caracterizada tipologicamente como uma figura antropomórfica. Constituída por um traço vertical, de contornos muito irregulares e mal definidos, a partir do qual saem dois outros pequenos traços lateralmente que corresponderão aos membros superiores da figura. O traço vertical é de pequena dimensão tornando-se difuso e indefinido. Os membros superiores correspondem igualmente a traços de pequena dimensão indefinidos.

Não apresenta as extremidades dos membros, os membros inferiores, a representação de cabeça ou pormenores anatómicos. Reconhece-se anatomicamente apenas parte do tronco e as extremidades superiores. O estado de conservação deste antropomorfo acéfalo esquemático é mau. A figura tem de dimensões máximas 6 cm de altura e 3 cm de largura (Figs. 12 e 13).

##### 5. Processos de antropização do espaço: do natural ao simbólico

A transformação de um sítio natural num local antropizado pressupõe a realização de diversas ações planeadas previamente, que passam desde a escolha específica do sítio, ao método de execução, ou ainda ao próprio universo conceptual e simbólico da comunidade. Esta passagem e modificação pode ser executada em diversos momentos, por distintos membros do grupo, ocorrendo uma adição simbólica, ou, na maioria dos casos, apenas num mesmo momento e, possivelmente, por uma única pessoa. As características técnicas e morfológicas dos motivos esquemáticos tornam muito difícil uma possível atribuição a um mesmo executante de diversos motivos, situação que poderá ser distinta por exemplo em grafismos de períodos mais recuados.

Após a escolha prévia do local foram definidas as áreas onde as pinturas ficariam e estabelecidos métodos de execução. A localização elevada do painel 1, a cerca de 2 m de altura do solo, implica que o executante terá utilizado algum tipo de estrutura de apoio para conseguir pintar o motivo zoomórfico. Para o painel 2, localizado num plano mais inferior, o campo manual de execução terá sido de pé, visto estar a cerca de 1,70 m do solo do abrigo. Os motivos foram executados com pigmento de coloração vermelho escuro, muito possivelmente constituído

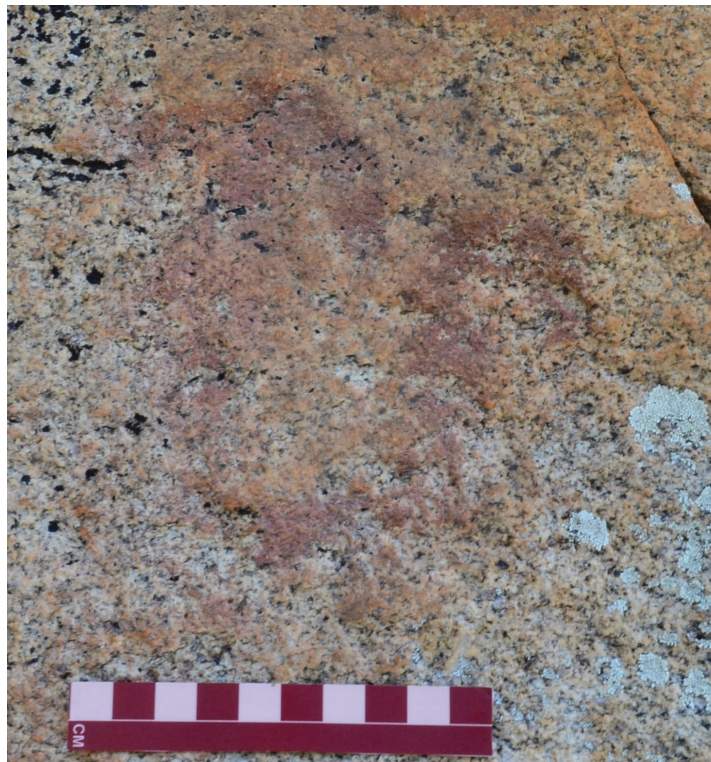


Fig. 13 – Motivos 2 e 3 – antropomorfos.

por óxido de ferro (Gomes & alii, 2013; Rosina & alii, 2013) dissolvido em água que lhe daria uma consistência pastosa, e aplicado com um utensílio. O preenchimento das figuras foi total e uniforme, estando os contornos bem definidos. O reduzido dispositivo iconográfico, formado por três motivos, é uma característica conceptual que foi determinada num momento prévio à execução, pois a potencial superfície de pintura que a parede oferece permitiria a realização de numerosos motivos.

Apesar da destruição a que o painel 1 foi severamente sujeito, podemos tecer algumas considerações compositivas, tendo em conta a tipologia do motivo e a sua implantação. Este painel localiza-se no canto superior esquerdo, na área imediatamente inferior à pequena pala, encontrando-se delimitado pelas fraturas do suporte granítico. Ao centro desta superfície plana e regular foi pintada uma figura zoomórfica (1), de grandes dimensões e cuja morfologia permite definir como a representação de um equídeo. Verifica-se a cabeça e focinho proeminente, o corpo alongado, a representação das quatro patas e da cauda de grandes dimensões. O carácter esquemático do motivo, bem como a técnica utilizada para execução, impedem a representação de pormenores anatómi-



cos, sendo, porém, a cauda, grande e felpuda, característica desta espécie animal. A utilização da tinta plana, preenchendo uniformemente todo o corpo do animal proporcionou-lhe, à primeira vista, um aspeto estático, ideia esta totalmente ultrapassada com a execução das patas dianteiras e traseiras inclinadas. A inclinação para a frente das patas dianteiras e a inclinação para trás das traseiras, fazem com que esta figura surja com representação de movimento, correspondendo assim a um cavalo a galopar (Fig. 9). O painel 2 localiza-se numa área inferior e o reduzido dispositivo iconográfico é formado por dois motivos antropomórficos (2 e 3) muito esquemáticos. São dois antropomorfos de tipologia ancoriforme, constituídos por um traço central vertical, cruzado na extremidade superior por outro semicurvo horizontal, não possuindo quaisquer pormenores anatómicos, ou representação dos membros inferiores, bem como da cabeça. O motivo 3 encontra-se num estado de conservação muito deficiente, estando o pigmento muito esbatido. Este sítio apresenta, desta forma, uma iconografia, que apesar de ser muito reduzida, revela-nos dois momentos de execução distintos. Numa primeira fase foi pintado o cavalo, num recanto da parede, numa área protegida mas destacada visualmente da superfície. Este zoomorfo esquemático apresenta características que poderemos considerar seminaturalistas, tendo em conta, as outras representações zoomórficas marcadamente esquemáticas (como por exemplo o grande motivo zoomórfico da Lapa dos Gaivões, Arronches). Posteriormente, num segundo momento, foram executados os dois antropomorfos esquemáticos, através de pigmento vermelho vinioso. Localizam-se num plano inferior, inclinados para o motivo zoomórfico, como que olhando para ele, ou seja, reconhecendo uma pré-existência. A não sobreposição destes motivos sobre o zoomorfo poderá representar esse reconhecimento e essa distinção relativamente a essa outra figura, funcionando como marcadores espaciais. Acharmos que, apesar de terem sido realizados em distintas fases, os antropomorfos funcionaram como complementares ao espaço cénico já existente, dando origem a uma composição modificada. O simbolismo inerente à realização do cavalo e à sua localização naquele local foi complementado e reformulado com a adição dos dois motivos antropomórficos, modificando-se a perceção conceptual desta composição.

## 6. Os contextos arqueológicos, apenas a média e longa distância

Tentar identificar e caracterizar um possível contexto arqueológico para as representações iconográficas presentes no Abrigo do Ribeiro das Casas apresenta-se como uma tarefa ingrata e de difícil resolução, face ao estado atual do conhecimento para esta região. A escassez de contextos que testemunhem, de forma inequívoca, a passagem e/ou permanência de comunidades enquadradas com as antigas sociedades camponesas neste território, fez com que se alargasse o espaço geográfico de procura, ultrapassando um pouco os atuais limites administrativos que, desta forma, dificilmente se poderiam cingir ao concelho de Almeida, onde está localizado o abrigo em análise. Neste sentido, esta abordagem também teve em consideração as mais variadas ocupações, enquadradas com a temática crono-cultural do sítio do Ribeiro das Casas, conhecidas nos concelhos vizinhos de Almeida, nomeadamente a Guarda, Pinhel, Figueira de Castelo Rodrigo e Vila Nova de Foz Côa.

No espaço do atual concelho de Almeida ocorrem, somente, cinco realidades que poderão se enquadrar com espaço cronológico delineado para o Abrigo do Ribeiro das Casas. No entanto, dessas cinco realidades, somente uma — o Castelo de Almeida — apresenta elementos registados em contexto de escavação, sendo que os mesmos (bem como o contexto de proveniência) se apresentam com algumas limitações, condicionando a sua relevância crono-cultural. O projeto de investigação dos Períodos Medieval e Moderno conduzido neste sítio por A. Teixeira (Teixeira & *alii*, 2013) permitiu identificar elementos descontextualizados que poderão testemunhar uma ocupação mais antiga deste espaço, nomeadamente na Pré-História: um machado e uma enxó. A sua fraca representatividade e o grau de fragmentação de um dos exemplares, não permitem retirar grandes conclusões relativamente à sua cronologia. No entanto, o facto de deterem dimensões reduzidas e, no caso da enxó (que poderá ser um machado reaproveitado), uma secção elipsoidal ou circular, poderá enquadrá-los nas primeiras fases da Pré-História Recente. Ainda assim, esta é uma leitura com algumas reservas, pois o estudo deste tipo de artefacto (evolução tecno-tipológica e determinação de crono-

logias) ainda está por fazer. Não há também testemunhos de outros elementos artefactuais que possam ser contemporâneos destes artefactos (Neves, 2013).

Além destes poucos testemunhos recolhidos no Castelo de Almeida, para a restante área do concelho, observando a base de dados para o património arqueológico – Endovélico, constata-se que os únicos vestígios relacionados com possíveis ocupações pré-históricas reportam-se a manchas de ocupação com escassos fragmentos de cerâmicas manuais e alguns líticos recolhidos durante o estudo de impacto ambiental (EIA) desenvolvido em 2007 para a barragem do Rio Seco. No entanto, a presença de cerâmica manual nesses sítios (Vale Verdigoso, Alto da Cruz e Recaldoso II) tanto poderá testemunhar ocupações pré-históricas como, por outro lado, proto-históricas, tal como é mencionado na atribuição cronológica da referida base de dados.

O Casal da Pedra de Anta, um monumento megalítico, deverá corresponder, no concelho de Almeida, juntamente com os artefactos do seu Castelo, ao único indício eventualmente paralelizável com o Ribeiro das Casas. No entanto, o desconhecimento relacionado com eventuais elementos da cultura material desse monumento, bem como a inexistência de qualquer notícia de uma eventual escavação arqueológica, não permite outra leitura além arquitetura do mesmo, normalmente enquadrada do Neolítico ao Calcolítico. Por outro lado, corresponde a um espaço funerário, continuando a prevalecer a lacuna sobre um eventual espaço de habitat dos grupos que ocuparam esta região durante a Pré-História Recente.

Na área geográfica em redor, e analisando o vizinho concelho da Guarda, o panorama não se altera muito, existindo um número muito limitado de sítios eventualmente contemporâneos do Ribeiro das Casas (10 testemunhos), sendo que a grande maioria (oito) corresponde a dados oriundos de trabalhos de prospeção (*Endovélico*). Por outro lado, as poucas observações realizadas conformam uma atribuição cronológica muito genérica como “Neolítico/Calcolítico” ou, simplesmente, “Pré-História”. De igual modo, cinco dessas ocorrências são espaços funerários (Anta de Pêra do Moço; Anta 1 de Cabeça do Meio; Anta 2 de Cabeça do Meio; Orca do Paiol) ou a contex-

tos com carga simbólica ainda pouco conhecida (Menir de A-de-Moura). Os testemunhos de eventuais espaços de habitat resumem-se aos sítios de Cabeço de Miranda (Calcolítico), Lameiros, Monte Verão, Outeiro e Outeiro de São Miguel. Este último resulta de um trabalho de investigação direccionado para a Proto-História, que permitiu a identificação (em prospeção) de um número considerável de sítios em altura, embora se desconheçam os conjuntos artefactuais que levaram àquela atribuição cronológica (Silva, 2006).

O paradigma altera-se ligeiramente com os testemunhos identificados nos atuais concelhos de Pinhel, Figueira de Castelo Rodrigo e Vila Nova de Foz Côa. Estas áreas correspondem a zonas densamente prospectadas desde dos anos 90 do século passado, em resultado do trabalho desenvolvido pelo PAVC e, também, devido a um forte incremento de obras públicas que obrigaram à realização de EIAs.

Na área de Pinhel, os espaços que podem integrar o contexto arqueológico do Ribeiro das Casas apresentam-se em número muito reduzido. Dos cinco sítios existentes nas bases de dados para o património e bibliografia disponível, em quatro só se conhecem trabalhos de prospeção sendo que no povoado, de cronologia calcolítica, do Alto Castelo não se reconhece qualquer tipo de intervenção arqueológica. Os restantes sítios corresponderão a espaços de habitat, denotando atribuições cronológicas bastantes genéricas (“Neolítico-Calcolítico”). São todos ao ar livre (excetando um pequeno abrigo em Cidadelhe, Pêro Martins 4) e não foram alvo de estudo mais aprofundado após a sua identificação (García & *alii*, 2001; Zilhão, 1997).

O panorama não é muito diferente na região de Figueira de Castelo Rodrigo. Fruto de diversos trabalhos de prospeção surge um número considerável de ocorrências patrimoniais. Entre “povoados”, “estações de ar livre”, “habitat” e “vestígios de superfície”, observa-se que as atribuições crono-culturais continuam generalistas (“Pré-História Recente”; “Neolítico/Calcolítico”) ou entram num campo ainda mais dúbio, “Indeterminado”. Para estes últimos casos, a dificuldade em caracterizar um sítio por vestígios de superfície está bem patente nas realidades reconhecidas como “Pêro Martins” (5, 23, 26 e 54), que têm a atribuição de Pré-História Recente mas com a devida ressalva



que também se poderão tratar de ocupações paleolíticas, tal é a fragilidade científica dos vestígios artefactuais observados (García & alii, 2001). No entanto, convém destacar a presença de dois sítios, ao ar livre, de cronologia calcolítica, sendo que essa atribuição resulta dos resultados de escavação arqueológica de diagnóstico produzidas na Quinta da Torrinha, no Barrocal do Tenreiro e no Castelo de Algodres, por uma equipa do PAVC, e devidamente publicados (Carvalho, 2003).

A área do concelho de Vila Nova de Foz Côa é aquela que possui um número muito interessante de vestígios que podem estar relacionados com áreas de povoamento das antigas sociedades camponesas. Este é o único sector desta vasta região onde, apesar de existirem ainda diversas ocorrências resultantes de ações e recolhas de superfície, ocorre uma presença expressiva de sítios arqueológicos que foram e continuam a ser alvo de escavações arqueológicas, podendo elaborar-se um quadro de evolução temporal do povoamento nesta região, colocando, pela primeira vez datações no discurso arqueológico e denominações crono-culturais mais estreitas e seguras. As ocupações mais antigas estão presentes nos sítios do Prazo, Quebradas e Quinta da Torrinha. No Prazo, resultado do projeto de investigação dirigido por S. Monteiro-Rodrigues e que produziu um número interessante de datações, há um espaço habitacional que, dentro do Neolítico Antigo, remontará desde de meados do VI milénio até final do 2.º quartel do V milénio BC (Monteiro-Rodrigues & Angelucci, 2004; Monteiro-Rodrigues, 2011).

A Quinta da Torrinha e a das Quebradas corresponderão a um momento sequencial, localizado entre o V e meados do IV milénio a.C., testemunhando ocupações sazonais de carácter especializado levadas a cabo por populações agro-pastoris (Carvalho, 1999). Os dados provenientes destas ocupações resultam dos trabalhos de escavação levados a cabo pelo PAVC e dirigidos por A. F. Carvalho, sendo de ressaltar que a intervenção no primeiro sítio ocorreu numa extensão muito limitada o que, obrigatoriamente, também condiciona as leituras daí produzidas.

O final do Neolítico estará representado no povoado do Tourão da Ramila (Carvalho, 2003b), sendo que os sítios que melhor caracterizam o povoamento neste período e nos

seguintes (Calcolítico e Idade do Bronze Inicial) são os amplamente escavados e estudados Castanheiro do Vento e Castelo Velho de Freixo de Numão (Jorge & alii, 2003, 2007). Tal como o Prazo, o seu conhecimento resulta de projetos de investigação direcionados para esses sítios e respetivos âmbitos crono-culturais, tendo possibilitado a produção de conhecimento científico bem relevante para os espaços regionais em questão e que têm resultado na elaboração e publicação de variados trabalhos de índole académica (Cardoso, 2007; Monteiro-Rodrigues, 2011).

Por fim, resta referir o povoado do Fumo que, além das evidências de uma ocupação integrada na Pré-História Recente, é um importante testemunho da continuidade ocupacional desta região para a Idade do Bronze (Carvalho, 2004), demonstrando que esta região, embora com ritmos diferenciados, deteve uma presença humana significativa.

No geral, a região abordada é o espelho de uma quase ausência de investimento em projetos de investigação arqueológica direcionados para a Pré-História Recente (com exceção na região de Foz Côa) e pelo número reduzido de ações que visam grandes impactes no subsolo, geralmente relacionadas com obras e investimento público (novamente com exceção na região de Foz Côa) e que ajudam a promover fortes atividades de prospeção e, também, escavação arqueológica, alargando a base empírica que, até à data, se apresenta muito parcelar. De igual modo, apesar da existência, englobando diversos espaços geográficos em redor da Ribeira das Casas, de um número alargado de sítios arqueológicos do horizonte crono-cultural em análise, facilmente se constata que existe um número reduzido de dados publicados. Estes dados resultam da direção de projetos e escavações de um número reduzido de investigadores, não existindo muita pluralidade de perspetivas interpretativas. Por outro lado, alguns trabalhos efetuados permanecem inéditos ou parcamente descritos e referenciados em relatórios de intervenção arqueológica, sendo que estes resultam praticamente de prospeções arqueológicas ou levantamentos, geralmente direcionados para espaços com monumentalidade e facilmente observáveis na paisagem (monumentos megalíticos e possíveis povoados em altura e/ou fortificados).

## 7. O Abrigo do Ribeiro das Casas e sua integração na pintura rupestre esquemática: cronologia, simbolismo e observações finais

Apesar do reduzido número de motivos pintados, estes permitem-nos tecer diversas considerações a nível cronológico e simbólico. No território atualmente português existem referenciados algumas dezenas de sítios com pinturas rupestres esquemáticas (Martins, 2013b, 2014), sendo que a maioria correspondem a pequenos abrigos com um reportório iconográfico pequeno do ponto de vista numérico. Esta é uma opção tomada previamente, mas que poderá ser também explicada por condições diferenciais de preservação dos painéis e pinturas rupestres. Em alguns destes sítios é possível estabelecer diversas fases de execução, quer diretamente, através de sobreposição de motivos, como por diferenciação tipológica e paralelos. No caso específico do Abrigo do Ribeiro das Casas é possível definir dois momentos de realização, enquadrados nos dois períodos cronológicos por nós definidos (Martins, 2014). Numa primeira fase, denominada de arte pré-esquemática, foi pintado o motivo zoomórfico, o cavalo que ocupou uma área central e destacada no painel, protegido pela pala, como que escondido segundo determinada perspetiva. Esta figura de grandes dimensões lembra ainda a imagética paleolítica, perdendo, porém, os pormenores anatómicos e a proporção das formas, ficando mais esquemático, mas ainda com a possibilidade de identificação da espécie. Deste primeiro período são características as figuras de grandes dimensões, com corpo preenchido internamente, surgindo tanto em pintura como em gravura, com alguns pormenores, sendo dominantes os cervídeos como na Fraga d'Aia, Forno da Velha, Vale do Tejo ou no veado do Aguilhão nas margens do Rio Sabor. Cronologicamente inicia-se num período de transição das comunidades de caçadores-recoletores para um novo sistema económico e social, consolidando-se no decorrer do Neolítico Antigo (*latu sensu*, isto é, VI–V milénios a.C.) e podendo estar presente até à primeira metade do IV milénio a.C.

Com a consolidação do sistema agro-pastoril e sedentarização das comunidades efetua-se uma mudança conceptual social, que se reflete na tipologia dos grafismos, que perdem as características formais reduzindo-se a um grau elevado de esquematismo. Deixa de ser importante o reconhecimento da figura porque o significado

simbólico é reconhecido pela comunidade, ou, apenas por quem o executa, podendo adquirir diversas interpretações que para nós serão impossíveis de alcançar. Esta denominada arte esquemática ideográfica surge em todo o tipo de suportes, quer seja gravada, pintada ou ainda na cultura material. A nova abordagem conceptual é o reflexo da consolidação da sedentarização por estas comunidades desde final do IV milénio a.C. até ao final do III milénio a.C.

Desta segunda fase temos neste abrigo os motivos antropomórficos, totalmente esquemáticos, apenas reconhecíveis tipologicamente por alguns caracteres formais como os membros superiores. Não consideramos estar presente um motivo serpentiforme, como sugerido por outros investigadores (Gomes & Neto, 2008–2010) pois o que está pintado não corresponde a um motivo deste tipo (como é perceptível quer na fotografia como no decalque). Estes dois antropomorfos, que se encontram em mau estado de conservação, estão lado a lado, muito juntos, num mesmo plano horizontal, inclinados para cima como que olhando para figura zoomórfica. Estamos perante um claro reconhecimento de uma pré-existência, ou seja, de uma adição ao espaço compositivo, transformando-o noutra narrativa conceptual. A não sobreposição e a localização num plano inferior demonstram a importância do motivo já presente, destacando-o e valorizando-o. Estes dois antropomorfos poderão corresponder a duas figuras reais que teriam um conhecimento prévio do sítio, ou por outro lado, serem elementos simbólicos, impercetíveis para nós do ponto de vista interpretativo.

A antropização da paisagem foi efetuada assim através da execução do reportório temático num determinado elemento natural, o Abrigo do Ribeiro das Casas. Este abrigo enquadra-se na 3.ª tipologia de sítios, ou seja, nos Sítios de Passagem ou de Visão Limitada (Martins, 2014). Estes abrigos encontram-se implantados nas margens de linhas de água ou nas encostas de pequenos vales, que podem ter diversas configurações geomorfológicas. Podem localizar-se em vales relativamente abertos, cortados por linhas de água de carácter perene ou permanente, junto das margens destas como o abrigo em estudo, ou ainda o Abrigo do Lapedo, o Abrigo do Vale das Buracas, o Cachão da Rapa, entre outros. Por outro lado podem surgir em vales fechados, cuja visibilidade é mais reduzida, sendo apenas per-



cetíveis a curta distância, como os vários painéis que constituem o núcleo da Faia no vale do Rio Côa. Dos exemplos apresentados, e excetuando o núcleo da Faia e o Cachão da Rapa, os restantes abrigos apresentam um reportório iconográfico reduzido. As dimensões destes sítios são reduzidas, não permitindo muitas vezes a permanência de diversas pessoas, quer pela escassa área útil disponível como pela própria proximidade com a linha de água. Estes abrigos encontram-se em locais específicos do território, sítios de passagem de pessoas e animais, podendo ter

funções de âmbito cinegético, sendo assim apenas reconhecidos e utilizados por determinados membros de um grupo, tendo carácter limitado.

O Abrigo do Ribeiro das Casas apresenta-se como um sítio enquadrável na Arte Esquemática Peninsular, onde foram identificados os dois períodos cronológicos que caracterizam este ciclo artístico. A continuação do estudo passará pela definição de paralelos iconográficos e espaciais que permitam uma contextualização para outros sítios arqueológicos com arte esquemática pré-histórica.

### Agradecimentos

Agradeço ao António Martinho Baptista e ao Nuno Neto pela cedência de fotografias. À Câmara Municipal de Almeida, pelo apoio logístico, e ao César Neves, Ana Braz e Benjamim Viraçoro, pelo auxílio nos trabalhos de campo.

### Bibliografia citada

BAPTISTA, António Martinho (1999) - *No tempo sem tempo. A arte dos caçadores paleolíticos do Vale do Côa. Com uma perspectiva dos ciclos rupestres pós-glaciares*. Vila Nova de Foz Côa: Parque Arqueológico Vale do Côa.

BAPTISTA, António Martinho (2009a) - Um crime arqueológico: vandalismo rupestre 03, Blogue Da Finitude do Tempo, <http://dafinitudedotempo.blogspot.pt/2009/04/um-crime-arqueologico-vandalismo.html>

BAPTISTA, António Martinho (2009b) - *O paradigma perdido: o Vale do Côa e a arte paleolítica de ar livre em Portugal / Paradigm lost. Côa Valley and the open-air Paleolithic art in Portugal*. Porto: Edições Afrontamento; Vila Nova de Foz Côa: Parque Arqueológico do Vale do Côa.

CARDOSO, João Muralha (2007) - *Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa): um recinto monumental do III e II milénio a.C.: problemática do sítio e das suas estruturas à escala regional*. Faculdade de Letras, Universidade do Porto (Dissertação de Doutoramento, policopiado).

CARVALHO, António Faustino (1999) - Os sítios de Quebradas e Quinta da Torrinha (Vila Nova de Foz Côa) e o Neolítico Antigo do Baixo Côa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2:1, pp. 39–70.

CARVALHO, António Faustino (2003) - O final do Neolítico e o Calcolítico no Baixo Côa (trabalhos do Parque Arqueológico do Vale do Côa, 1996–2000). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6:2, pp. 229–273.

CARVALHO, António Faustino (2004) - O Povoado do Fumo (Almendra, Vila Nova de Foz Côa) e o início da Idade do Bronze no Baixo Côa (trabalhos do Parque Arqueológico do Vale do Côa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7:1, pp. 185–219.

FIGUEIREDO, Sofia; BAPTISTA, António Martinho (2013) - A arte esquemática pintada em Portugal. In MARTÍNEZ GARCÍA, Julián; HERNÁNDEZ PÉREZ, Mauro, eds. - *Arte rupestre esquemática en la Península Ibérica – II Congreso 2010*. Vézlez-Blanco: Ayuntamiento, pp. 301–315.

GARCÍA Díez, Marcos; MARTINS, Andrea; MAURÍCIO, João; RODRIGUES, Ana; SOUTO, Pedro (2001) - *Relatório dos trabalhos arqueológicos do Projeto de Aproveitamento Hidroelétrico do Alto Côa, Crivarque* (texto policopiado).

GOMES, Hugo; ROSINA, Pierluigi; MARTINS, Andrea; OOSTERBEEK, Luiz (2013) - Pinturas rupestres: matérias-primas, técnicas e gestão do território. *Estudos do Quaternário*. Braga. 9, pp. 45–55.

GOMES, Mário Varela; NETO, Nuno (2008–2010) - As pinturas rupestres do Ribeiro das Casas (Malhada Sorda, Almeida). *Cuadernos de Arte Rupestre*. Murcia. 5, pp. 29–42.

- GONÇALVES, Francisco; ASSUNÇÃO, Carlos Fernando Torre de (1966) - *Notícia explicativa da Folha 18-D Nave de Haver – Carta Geológica de Portugal na escala 1/50 000*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- JORGE, Vítor Oliveira; CARDOSO, João Muralha; PEREIRA, Leonor Raquel da Fonseca Sousa; COIXÃO, António Sá (2003) - A propósito do recinto monumental de Castanheiro do Vento (V.º N.º de Foz Côa). In *Recintos Murados da Pré-História Recente*. Porto: Universidade; Coimbra: Universidade, pp. 79–114.
- JORGE, Susana Oliveira; BAPTISTA, Lídia; GOMES, Sérgio; OLIVEIRA, Maria de Lurdes; VARELA, José Manuel; VELHO, Gonçalo (2007) - A construção de um sítio arqueológico: Castelo Velho de Freixo de Numão, a concepção das paisagens e dos espaços na Arqueologia da Península Ibérica. In *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro: Universidade do Algarve, pp. 77–85.
- JORNAL DE NOTÍCIAS (2004) - Descobertas pinturas rupestres, 22 de Junho, [http://www.jn.pt/Paginalnicial/Interior.aspx?content\\_id=446788](http://www.jn.pt/Paginalnicial/Interior.aspx?content_id=446788)
- LUSA (2009) - Paineis de pinturas rupestres com cinco mil anos destruído em Almeida, 11 de Agosto, <http://www.lusa.pt/default.aspx?page=home>
- MARTINS, Andrea (2011) - Arte esquemática em Portugal: um projeto em construção. In OrJIA, eds. - *Actas de las II Jornadas de Jóvenes en Investigación Arqueológica (Madrid, 6, 7 y 8 de Mayo de 2009), JIA 2009*, Tomo II, pp. 815–818.
- MARTINS, Andrea (2013a) - Arte esquemático en Portugal: los abrigos con pinturas del Macizo Calcáreo Extremeño. In MARTÍNEZ GARCÍA, Julián; HERNÁNDEZ PÉREZ, Mauro, eds. - *Arte rupestre esquemático en la Península Ibérica – II Congreso 2010*. Vélez-Blanco: Ayuntamiento, pp. 317–323.
- MARTINS, Andrea (2013b) - A pintura rupestre esquemática em Portugal: muitos sítios, mesmas pessoas?, In ARNAUD, José; MARTINS, Andrea; NEVES, César, eds. - *Arqueologia em Portugal – 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 495–505.
- MARTINS, Andrea (2014) - *A pintura rupestre do Centro de Portugal: antropização simbólica da paisagem pelas primeiras sociedades agro-pastoris*. Dissertação de doutoramento, Universidade do Algarve, 2 vols., texto policopiado.
- MARTINS, Andrea (no prelo) - Arte rupestre neolítica: uma primeira abordagem aos abrigos pintados do território português. In *Actas do V Congresso do Neolítico Peninsular*. Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa.
- MARTINS, Andrea; FERNANDES, Carla; FONSECA, Cristóvão (2013) - A Pedra Santa: gravuras rupestres na vertente noroeste da Serra da Estrela. *Arqueologia e História*. Lisboa. 60–61, pp. 9–21.
- MONTEIRO-RODRIGUES, Sérgio (2011) - *Pensar o Neolítico Antigo*. Viseu: Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta.
- MONTEIRO-RODRIGUES, Sérgio; ANGELUCCI, Diego E. (2004) - New data on the stratigraphy and chronology of the prehistoric site of Prazo (Freixo de Numão). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7:1, pp. 39–60.
- NEVES, César (2013) - Antes de Almeida. In TEIXEIRA, André; GIL, Luís; NEVES, César; COSTA, Teresa, eds. - *O Castelo de Almeida: arqueologia de um espaço de guerra multissecular. Catálogo da exposição*. Almeida: Câmara Municipal, pp. 14–17.
- RIBEIRO, Maria Luísa (2001) - *Carta geológica simplificada do Parque Arqueológico do Vale do Côa, na escala 1:80 000: notícia explicativa*. Vila Nova de Foz Côa: Parque Arqueológico do Vale do Côa.
- ROSINA, Pierluigi; GOMES, Hugo; MARTINS, Andrea; OOSTERBEEK, Luiz (2013) - Caracterização de pigmentos em arte rupestre. In *I Congresso de Arqueologia do Alto Ribatejo: homenagem a José da Silva Gomes*. Tomar: CEIPAR, pp. 255–262.
- SILVA, Ricardo (2006) - *Génese e transformação da estrutura do povoamento do I Milénio a.C. na Beira Interior*. Dissertação de Mestrado policopiada. Coimbra: Universidade.
- TEIXEIRA, André; COSTA, Teresa; GIL, Luís (2013) - Fortificação, espaço conventual, saneamento e circulação na Idade Moderna em Almeida (Guarda): resultados de intervenções arqueológicas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 16, pp. 369–381.
- ZILHÃO, João, ed. (1997) - *Arte rupestre e Pré-História do Vale do Côa: trabalhos de 1995–1996*. Lisboa: Ministério da Cultura.

Lisboa, novembro de 2014